



GRUPO PARLAMENTAR

Recebido na CACDLG  
por e-mail a 25-07-2022

Registo I\_COM1XV/2022/73  
em 26-07-2022

Aprovado por unanimidade  
na reunião da CACDLG de 14-09-2022,  
na ausência do CH, BE, PAN e IL

Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de Assuntos  
Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias  
Deputado Fernando Negrão

### **REQUERIMENTO**

De acordo com o anunciado pelo Ministro da Administração Interna a esquadra da PSP, no Infante, deixará de ter atendimento público a partir das 16:00.

Esta decisão preocupante para a segurança da cidade do Porto não foi previamente comunicada e tomou de surpresa a população e as estruturas representativas da PSP.

A decisão de encerramento desta esquadra terá sido tomada *“por imperativos de ordem operacional”*, ou seja, por falta de recursos humanos, situação transversal a toda esta força de segurança que o PSD vem há muito a denunciar.

É a própria PSP que considera que a zona em que se insere a referida esquadra é a mais vulnerável da cidade, tendo essa característica justificado, por exemplo, as escolhas feitas relativamente à videovigilância. Não se compreende, pois, a opção deste *“ajuste no horário de atendimento”* daquela esquadra.

Na sequência da reação ao anúncio do encerramento da esquadra da PSP, o ministro da Administração Interna afirmou que teve de ser tomada a decisão de *“ter patrulha ou esquadra”* e *“defendeu que há um conjunto de participações realizadas nas esquadras que podem ser feitas em outras estruturas, como lojas do cidadão ou juntas de freguesia”*.



GRUPO PARLAMENTAR

Não sendo da competência das juntas de freguesia, ou mesmo, das lojas do cidadão, substituírem-se aos órgãos de polícia criminal no recebimento de queixas de natureza criminal, tem de haver um esclarecimento cabal de como é que o Governo pretende concretizar aquelas afirmações do ponto de vista operacional, de forma a garantir os direitos aos cidadãos que necessitam de recorrer a esta força de segurança.

O Grupo Parlamentar do PSD considera que esta situação deve ser devidamente esclarecida, nomeadamente como é que pretende o Governo reorganizar a gestão do efetivo e das infraestruturas policiais, em particular na cidade do Porto.

E neste sentido, solicitamos ao Senhor Presidente as diligências necessárias à audição do Senhor Ministro da Administração Interna sobre esta matéria na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Palácio de S. Bento, 25 de julho de 2022

Os Deputados do PSD,